

OCUPE O COCÓ:
UM CASO DE RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA EM FORTALEZA / CE

Amíria Bezerra Brasil

Doutoranda FAUUSP, bolsista CAPES
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
amiriabrasil@gmail.com

Emanuel Ramos Cavalcanti

Doutorando PPGAU-UPM
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)
ercavalcanti@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Esse artigo é resultado de inquietações dos autores em relação à questão urbana em geral, e às problemáticas da cidade de Fortaleza em especial. Surpreendentemente, em junho de 2013, eclodem, na forma de grandes manifestações de rua, em diversas cidades brasileiras, as insatisfações da população brasileira, e também fortalezense, organizadas, de uma forma pioneira, com grande influência das redes sociais.

Essas insurgências em âmbito local estão vinculadas à acontecimentos recentes, ocorridos em várias partes do mundo, em contextos sócio-políticos bem diferenciados. Estamos falando do surgimento, em 2011, de movimentos como a Primavera Árabe, que derruba boa parte das ditaduras da África Setentrional, e do *Occupy Wall Street* que acaba por definir e popularizar, para o mundo todo, a estratégia da ocupação como forma de pressão às demandas exigidas pelos grupos insurgentes.

Enquanto cidadãos, em primeiro lugar, mas também enquanto profissionais - arquitetos urbanistas e professores/pesquisadores universitários – vivenciamos, no momento mesmo de suas ocorrências e no calor de suas reivindicações, algumas dessas manifestações, ora participando diretamente, ora como observadores.

Dessa forma, aproveitando-se dessa vivencia particular, e da efervescência das discussões, este artigo retrata um importante movimento urbano acontecido na cidade de Fortaleza que trouxe à superfície diversos novos atores para a luta por uma cidade mais justa, especificamente, no contexto do velho conflito urbano *versus* meio ambiente. Os fatos

giraram em torno da discussão sobre a construção de um complexo de viadutos em importante cruzamento da zona leste da cidade de Fortaleza que necessitaria do consumo de um pequeno trecho de área de vegetação do Parque Ecológico do Cocó, considerado o “pulmão” da cidade.

O objetivo do artigo é, portanto, promover uma discussão a partir do resgate de um acontecimento bastante relevante para a intensificação da discussão pública sobre o urbano em Fortaleza e que se insere em um contexto de manifestações e resistências que têm acontecido no Brasil desde Junho de 2013, o “Ocupe o Cocó”.

O artigo é, dessa forma, resultado principalmente da observação dos autores, e de pesquisa bibliográfica e documental nas mídias tradicionais e em seus correlatos nas redes sociais, muitas vezes, conteúdos mais independentes das mídias hegemônicas e, no caso específico, contando com cobertura dos fatos em tempo real. São esses os recursos metodológicos dos quais tiraremos partido para a narração dessa história.

OCUPE O COCÓ

Jornadas de Junho

Após as manifestações de junho de 2013 no Brasil, as “Jornadas de Junho” como ficaram conhecidas, a questão urbana ficou no debate, a ponto da Urbanista e Profa. da Universidade de São Paulo (USP), Ermínia Maricato escrever um texto com o título: “É a questão urbana, estúpido!” (Maricato, 2013). E desde então a questão urbana entrou na pauta das discussões cotidianas nas grandes cidades brasileiras.

As manifestações tiveram início em São Paulo, a partir do Movimento Passe Livre (MPL), em forma de protesto contra o aumento da passagem de ônibus, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20. Mas, segundo o lema que notabilizou esse movimento, “não são apenas 20 centavos”, o que corrobora com a opinião de Maricato.

Milhares de pessoas foram para as ruas em várias cidades brasileiras, desde então, protestar, dentre outras tantas demandas, contra as más condições urbanas ruins. As alegações são muitas: passagens de transportes caras, Copa do Mundo¹, remoções forçadas, revisões de legislações urbanas, questões ambientais etc.

¹ As manifestações em relação à Copa do Mundo de Futebol de 2014 no Brasil são muito específicas, e não serão objeto desse artigo. É fundamental considerar que elas tiveram papel importante nas mobilizações desde junho de 2013 e, portanto, em muitos momentos é difícil diferenciá-las, ou separá-las das demais manifestações, mas didaticamente decidimos não nos aprofundarmos nessa questão. Entretanto, gostaríamos de destacar o Comitê Popular da Copa, como um movimento que teve papel importante nos acontecimentos das Jornadas de Junho de 2013.

As redes sociais tiveram papel importante nessas organizações: os encontros, as discussões, o material a ser utilizado nas manifestações, tudo era trocado e acertado pelas redes sociais. A internet, portanto, teve (e tem) papel importante na articulação dos manifestantes, assim como aconteceu em outros países: *Occupy Wall Street*, em Nova Iorque, Primavera Árabe, no norte africano, as greves na Espanha e Grécia, face às graves crises econômicas enfrentadas nesses países dentre outras manifestações mundo afora.

Essas manifestações tiveram características bastante peculiares, sendo diferentes dos movimentos sociais “tradicionais”. Primeiro porque o objeto da reivindicação não é tão claro como os movimentos de luta pela moradia, por exemplo, que marcaram as décadas anteriores e foram abrigados no que ficou conhecido como Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU). A compreensão que se tem é que essas manifestações lutam por cidades melhores, em diversificados aspectos.

Segundo porque apresentaram uma estrutura horizontalizada, sem líderes ou representantes claramente definidos. Foi possível até observar, em algumas situações nas manifestações, conflitos com os partidos políticos, sendo estes considerados indesejáveis em um momento em que a figura da representatividade estava (e ainda está) em total descrédito no país. Bandeiras clássicas como a do Partido Comunista Brasileiro (PCB) foram, nem sempre gentilmente, convidadas a retirar-se dos protestos.

Por fim, outra característica importante a ser destacada é das pessoas que tomaram as ruas formadas essencialmente por jovens da classe média, fazendo ecoar gritos de protesto de um passado não tão distante quando das manifestações, no início dos anos 1990, pelo *impeachment* (que realmente ocorreu) do então presidente Fernando Collor de Mello. Foi o movimento conhecido como o dos “caras-pintadas”, pois os jovens, munidos de tinta guache, pintaram os rostos nas cores nacionais ou com o lema “Fora Collor”.

Em Fortaleza não foi diferente. Desde junho de 2013 acontecem manifestações para discutir questões urbanas, reivindicar melhorias na cidade ou, simplesmente, se posicionar de forma contrária às decisões políticas tomadas pelos representantes do Estado. Ou seja, os manifestantes querem participar. A questão urbana, também naquela cidade, agora é discutida cotidianamente.

Os viadutos do Cocó

Fortaleza, assim como outras cidades brasileiras, tem tido muitos problemas relacionados ao tema da mobilidade urbana nos últimos anos. E isso se dá, em grande parte, devido à grande quantidade de veículos particulares existentes na cidade – a desastrosa opção

do veículo particular frente a priorização do transporte público –, o que provoca grandes engarrafamentos e muita lentidão na circulação das pessoas e dos bens.

Some-se a isso uma estrutura viária estrangulada, fruto de descaso de décadas de planejamento omissivo ou ineficiente e a falta de um maior controle social da concessão e operação das linhas de ônibus e vans que prezam, em primeiro lugar, pelo lucro; depois, a satisfação do cliente, o cidadão. Além disso, a falta de um meio de transporte de massas, como por exemplo um metrô (que está em implantação), corrobora para a problemática da mobilidade.

Entretanto, mesmo a par dessa problemática, assim como muitas outras cidades brasileiras, a solução não tem sido pensada de maneira abrangente, discutindo-se a cidade com todos os seus elementos, atividades, localizações etc. O trânsito tem sido pensado de forma pontual, como se pudesse ser solucionado com intervenções que só dizem respeito ao sistema viário, negligenciando, por exemplo, a relação fundamental entre mobilidade e uso do solo urbano. Dessa forma, as soluções têm sido propostas através de obras viárias.

Dentre essas obras, uma específica gerou muita polêmica e conseqüentemente provou a resistência de uma parte da população fortalezense, a construção de um conjunto de viadutos no cruzamento das Av. Engenheiro Santana Júnior e Av. Antônio Sales (Figura 1). A peculiaridade desse cruzamento, que provocou tanta polêmica é que ele está contíguo ao Parque do Cocó, marcado pela vegetação densa conforme consta na Figura 1.

O Cocó é um rio que corta a cidade de Fortaleza, e que faz parte da principal bacia hidrográfica da cidade. Às suas margens se compõe um importante ecossistema de Mangue. Entretanto, esse ecossistema não é protegido, nem delimitado oficialmente, se não em pequenas partes que constituem o Parque Ecológico do Cocó. O ecossistema como um todo, ao longo de todo o rio, nunca foi reconhecido como Unidade de Preservação, o Parque Estadual do Cocó.

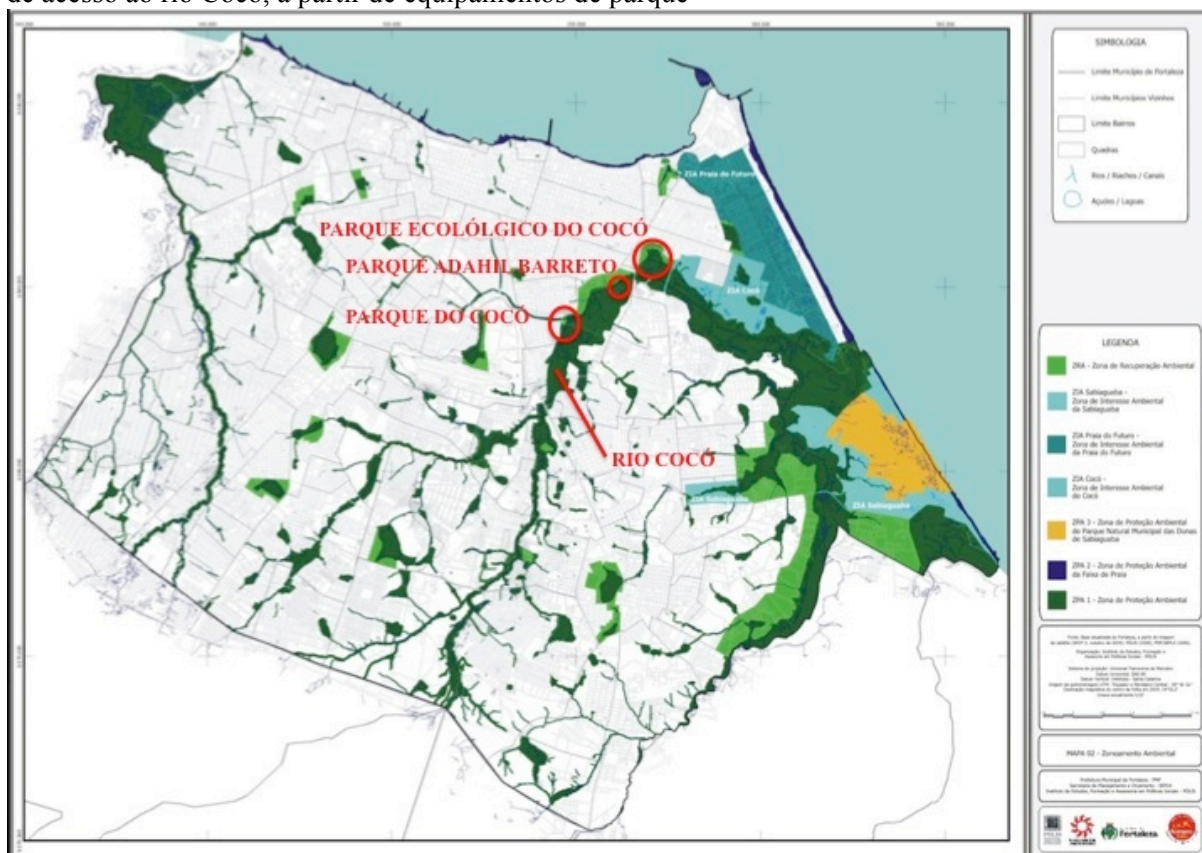
Figura 1. Viadutos do Cocó



Fonte: <http://tarrabufado.com.br>

Existem três pontos em que o Parque se constitui, e um dele está localizado junto ao cruzamento onde foram construídos os viadutos em questão (Figura 2).

Figura 2. Parques do Cocó (mapa de áreas de proteção ambiental de Fortaleza) – demarcação das áreas de acesso ao rio Cocó, a partir de equipamentos de parque



Fonte: FORTALEZA, 2009 (modificado pelos autores)

Devido a presença do Parque do Cocó, a solução projetual para o cruzamento sofreu modificações. Entretanto, em nenhuma das propostas houve discussão com a população.

O primeiro projeto, desenvolvido por uma gestão municipal do Partido dos Trabalhadores (PT), propunha uma rotatória em nível e um viaduto por cima da rotatória, e desapropriava 3.000 m² da área do Parque Ecológico do Cocó (Figura 2). Em contrapartida a Prefeitura oferecia uma quantia em dinheiro para melhorias dentro da própria unidade de conservação (SEINF, 2013²).

Esse projeto faz parte de um projeto maior de implantação de corredores de ônibus e requalificação de vias, chamado Programa de Transporte Urbano de Fortaleza (TRANSFOR). Apesar dos grandes impactos ambientais, o projeto não possuía EIA/RIMA individualmente, mas somente dentro dos estudos do TRANSFOR (Idem).

Devido à morosidade de implantação do TRANSFOR, e a partir da mudança de gestão da prefeitura para o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), o TRANSFOR sofreu algumas modificações e dentre elas a proposta para aquele cruzamento.

Dentre os objetivos do projeto está destacado:

[...] melhorar o sistema de transporte urbano, as condições ambientais e a qualidade de vida das pessoas usuárias desse sistema (...) garantindo uma maior fluidez de veículos e pedestres que desejam acessar os centros comerciais e de serviços das Av. Antônio Sales, Engenheiro Santa Júnior, Washington Soares e Santos Dumont, **além de integrarem intervenções necessárias à realização de eventos esportivos, artísticos e exposições no Estádio Castelão, principalmente durante a Copa do Mundo de 2014, e no Centro de Eventos do Ceará.** (grifos nossos) (idem, p. 1.4).

Fica claro, nesse objetivo, que não foi dada relevância alguma ao Parque do Cocó, de preservação, ou de utilização dele, visto que em diversos pontos o TRANSFOR se sobrepõe a ele, mas não é citado. Os interesses ficam claro quando se especifica e evidencia um evento temporário como a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Entretanto, continuaremos com o foco naquele cruzamento.

A segunda proposta para o cruzamento, modificada pela nova gestão municipal, é composta por dois viadutos que se sobrepõem (Figura 3). E o projeto prevê a supressão de

[...] uma faixa de vegetação antrópica com predominância de *Terminalia catappa* (castanholas) do Parque Estadual do Rio Cocó, segundo a poligonal

² Foi desenvolvido um Relatório de Impacto Ambiental para a intervenção naquele cruzamento, documento este que foi conseguido com um vereador de Fortaleza, que faz parte do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que solicitou à Câmara todos os estudos feitos para desenvolvimento das duas propostas dos viadutos. Entretanto, o relatório não se configura efetivamente como um EIA/RIMA, mas sim como um proposta de mecanismos de compensação ambiental para os projetos.

proposta pelo Grupo de Trabalho Cocó³, abrangendo uma área equivalente a 1.625,75 m². Eventualmente, poderá ocorrer a retirada de algum espécime de mangue isolado em meio à vegetação antrópica. (p. 5.16)

Figura 3. Viadutos do Cocó



Fonte: Diário do Nordeste

Dessa forma, percebe-se que desde a concepção da proposta já havia a intenção da derrubada de árvores da área do Parque Ecológico do Cocó, que segundo o Plano Diretor Participativo (PDP), de 2009, compõe uma Zona de Proteção Ambiental (ZPA). E segundo o IBAMA a área pertence à Área de Proteção Permanente (APP) do rio Cocó. Entretanto, nem o Zoneamento Ambiental, nem a APP foram respeitadas e consideradas pela proposição dos viadutos.

Além dessas questões ambientais, a ZPA garante também a preservação da paisagem, que sofrerá bastante interferência nessa área com a construção dos viadutos, conforme pode ser visto nas Figuras 1 e 3.

Ocupe o Cocó

Quando o projeto dos viadutos foi divulgado oficialmente nos principais meios de comunicação da cidade, alguns grupos começaram a articular uma oposição a proposta, o que rapidamente se espalhou pelas redes sociais com a mensagem do “#viadutonão”. Entretanto, não foi aberto nenhum canal de diálogo entre a Prefeitura e a população.

³ Apesar do Parque do Cocó não ser delimitado oficialmente, há uma proposta de poligonal feita pelo Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. Essa proposta, entretanto, é contraposta por movimentos de proteção ao meio ambiente (como o Movimento Pró-Árvore) que demandam um poligonal maior.

Esses grupos, que eram contra a construção dos viadutos, começaram, então, a se organizar para debater a proposta municipal. Algumas audiências aconteceram na Câmara dos Vereadores de Fortaleza, solicitadas por vereadores da oposição, no intuito de sensibilizar o executivo em relação aos impactos danosos dos viadutos ao Parque Ecológico do Cocó.

Apesar dos questionamentos dessa parcela da população, dos ambientalistas, dos vereadores etc. as obras do viaduto começaram e foram derrubadas 74 árvores (Figura 4). Os impactos ambientais não se limitaram a isso, tratores entraram na área de mangue para fazer a derrubada.

Figura 4. Primeiras árvores derrubadas para construção dos viadutos



Fonte: <http://blogln.ning.com>

No dia 16 de Junho de 2013, o Serviço de Patrimônio da União (SPU) entrou com uma liminar suspendendo as obras, com a alegação de que a área, por ser APP pertencia à União e, portanto não poderia ser devastada sem o seu consentimento.

Antes que a Prefeitura pudesse retomar as obras, no dia 19 de julho, um grupo de manifestantes ocupou a área da clareira aberta pela derrubada das árvores e montou um acampamento no local (Figura 5). Em reportagem do jornal O Povo, um manifestante que não se identificou disse:

As pessoas precisam entender que estamos aqui para impedir que mais esse espaço verde seja destruído. Não queremos ser ‘do contra’ nem impedir o trabalho de ninguém, só não queremos que esse desmatamento desnecessário e ilegal seja cometido. (Jornal O Povo, 27/07/2013 – SPU libera reinício das obras de viadutos do Cocó).

Figura 5. Ocupe o Cocó



Fonte: Jornal O Povo

O movimento que ficou conhecido como “Ocupe o Cocó”⁴ permaneceu na área até que a Prefeitura abrisse canais de diálogo. O que não aconteceu oficialmente. Entretanto, um acontecimento teve destaque, o então Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes fez uma visita inesperada ao acampamento, com o argumento de negociar com os manifestantes (Figura 6). A conversa ocorreu de maneira informal e foi transmitida ao vivo por algumas mídias alternativas, com a Mídia Ninja, que acompanhou todo o processo. Devido às facilidades promovidas pelas redes sociais, em pouco tempo muitas pessoas puderam assistir à conversa em tempo real. Entretanto, não se chegou a nenhum acordo.

Figura 6. Visita do Governador Cid Gomes ao acampamento



Fonte: Facebook.com/ocupeococo

Figura 7. Visita dos Índios Tremembés ao acampamento



Fonte: TV Vírus

⁴ O nome “Ocupe o Cocó” teve inspiração em outros movimentos, como o “*Occupy Wall Street*”, em Nova Iorque, e o “*OcupeEstelita*” em Recife.

Enquanto os manifestantes permaneciam acampados no Cocó a decisão da continuidade ou não das obras era decidida na Justiça. Em determinados momentos a Prefeitura ganhava e, em outros, os manifestantes eram os ganhadores. A visibilidade do acampamento crescia cada vez mais e os manifestantes receberam apoio de vários outros movimentos e de diversas pessoas, inclusive de uma tribo indígena, dos Tremembés, que visitaram o acampamento, dançaram e cantaram junto com os manifestantes (Figura 7). Quando o processo foi se prolongando, e não havia negociação com a Prefeitura, alguns manifestantes fizeram greve de fome. Uma página foi criada no *Facebook* para divulgar o movimento e conseguir mais apoiadores. Atualmente a página conta com mais de 3.000 seguidores.

Entretanto, a manifestação provocou também uma reação a favor dos viadutos, e algumas pessoas começaram a se organizar utilizando a mensagem do “#viadutosim”. Os membros desse movimento contra o acampamento produziu adesivos com o símbolo da cerquilha (#), o *hashtag* em inglês, que foram colados nos carros, e espalhou-se pelas redes sociais. Alguns pequenos conflitos aconteceram entre os dois movimentos quando esses se encontravam próximo ao acampamento (Figura 8).

Figura 8. Movimento #viadutosim



Fonte: Jornal Diário do Nordeste

A manifestação ainda passaria por seu maior momento de tensão. A Prefeitura de Fortaleza ordenou uma desocupação forçada do acampamento. Em uma atitude sem bases legais – os guardas municipais sequer possuíam identificação, nem muito menos autoridade para desocupações forçadas –, e sem aviso prévio, a Guarda Municipal invadiu o acampamento na madrugada do dia 07 de agosto, e com balas de borracha, armas de choque e *spray* de pimenta expulsou os manifestantes do acampamento (Figura 9). Houve confronto e resistência o que terminou por provocar alguns ferimentos nos acampados e algumas prisões foram feitas. Após a desocupação, o Batalhão de Choque e a cavalaria da Polícia Militar

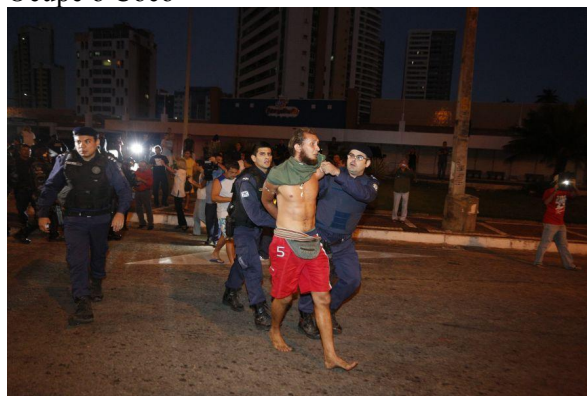
foram chamadas para “manter a ordem” e impedir a reocupação da área (Figura 10). A ação da polícia nesse caso se assemelhou ao que pode ser visto em muitos outros confrontos com manifestantes desde as Jornadas de Junho. A Polícia Militar então fechou o acesso ao acampamento e não permitiu que os manifestantes voltassem à ocupá-lo, e nem entrassem para pegar suas coisas.

Figura 9. Desocupação do Ocupe o Cocó



Fonte: <http://adial.com.br>

Figura 10. Prisões durante a desocupação do Ocupe o Cocó



Fonte: <http://alexandretavora.blogspot.br>

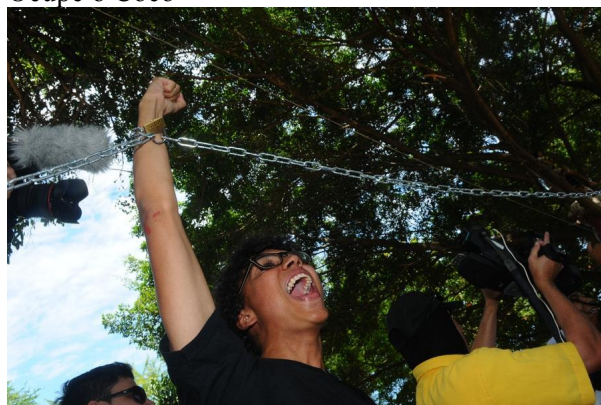
Entretanto, os manifestantes ganharam em outra instância da justiça e a Prefeitura e a Polícia tiveram que se retirar do local do acampamento. Alguns manifestantes voltaram a ocupar o espaço de uma forma mais representativa dessa vez, inclusive, alguns se acorrentaram às árvores afirmando que não sairiam mais (Figuras 11 e 12).

Figura 11. Homem amarrado às árvores no Ocupe o Cocó



Fonte: Jornal Diário do Nordeste

Figura 12. Pessoas acorrentadas às árvores no Ocupe o Cocó



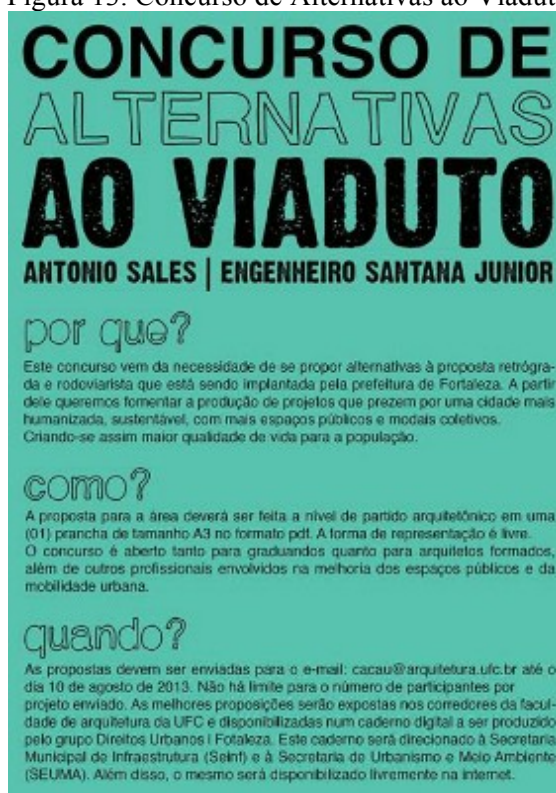
Fonte: <http://alexandretavora.blogspot.br>

Após decisão da justiça as obras dos viadutos foram liberadas, os manifestantes desocuparam a área, mas continuam pressionando pela legalização do Parque Estadual do Cocó. Ainda esse ano houve um Ato pela Legalização do Parque do Cocó no dia 21 de novembro de 2014.

Concurso de Alternativas e Fórum Direitos Urbanos

Instigados pelo movimento Ocupe o Cocó, um grupo de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC) decidiu organizar um concurso de idéias alternativas para a solução do cruzamento (Figura 13). Poderiam participar do concurso arquitetos e urbanistas formados, estudantes de arquitetura e urbanismo ou qualquer outro interessado com conhecimento técnico no tema. A ideia surgiu como possibilidade de abrir um diálogo técnico melhor embasado com a Prefeitura.

Figura 13. Concurso de Alternativas ao Viaduto



Fonte: g1.com

De acordo com notícia publica no portal do G1:

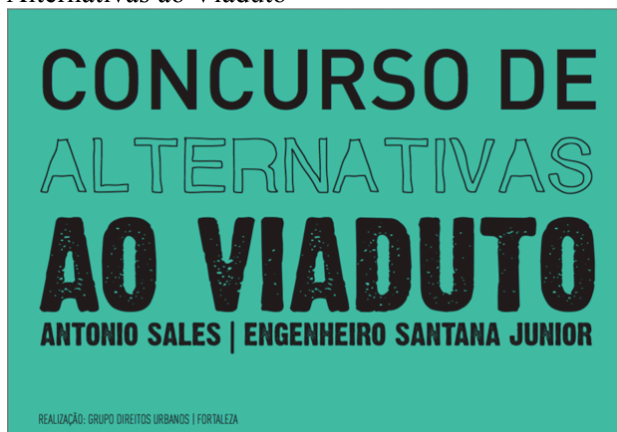
Segundo o estudante de arquitetura, Víctor Rocha, 20 anos, o concurso não terá vencedores e sim uma compilação final de projetos que dispensem a derrubada das árvores no Parque do Cocó, principal área verde de Fortaleza. ‘Queremos ver o que pode ser aproveitado pelo governo, promover boas ideias de forma participativa’, disse o estudante. (G1 – 17/07/2013 – Alunos da UFC criam concurso para captar alternativas a viadutos no Cocó)

Assim, no dia 17 de Julho de 2013 foi lançado o concurso e as propostas deveriam ser discutidas e apresentadas no Fórum Direitos Urbanos – Fortaleza, na página do grupo na rede social *Facebook*.

Foram desenvolvidas 10 propostas por diferentes equipes (Figuras 14 e 15), de Fortaleza e até de outras cidades. As ideias foram as mais diversificadas possíveis. Os

organizadores do concurso foram, então, convidados pelos manifestantes do Ocupe o Cocó a apresentar as propostas no acampamento, o que aconteceu no dia 11 de agosto de 2013.

Figura 14. Capa do Caderno de Propostas Alternativas ao Viaduto



Fonte: Direitos Urbanos, 2013

Figura 15. Proposta do Arquiteto e Urbanista José Otávio



Fonte: Direitos Urbanos, 2013

Dezenas de pessoas assistiram presencialmente às apresentações, que foram feitas de maneira sucinta, mas cumpriram o objetivo de mostrar que outras soluções seriam possíveis para aquele lugar. O evento também foi transmitido pela mídia alternativa, Mídia Ninja, e outras dezenas de pessoas puderam assistir a transmissão ao vivo via internet. As propostas tinham o intuito de privilegiar o pedestre, o ciclista e o transporte público, que na opinião dos organizadores do concurso não estavam sendo contemplados com a proposta da Prefeitura, que favorece o veículo individual.

Após a apresentação no acampamento, o grupo foi convidado por diversas outras organizações, movimentos etc. para apresentar a proposta. A mídia local publicou os eventos e divulgou os trabalhos do concurso. Entretanto, a Prefeitura não aceitou dialogar com o participantes, com a alegação de que não eram propostas concretas, eram somente ideias. Entretanto, essa era a intenção do concurso, apresentar ideias, pois no tempo previsto, com equipes reduzidas e sem recursos, não seria possível desenvolver um projeto real.

Após a ampla divulgação das propostas, um grupo de arquitetos e urbanistas que incluía participantes de equipes diferentes do concurso se uniu no intuito de apresentar uma proposta mais abrangente que somente o cruzamento que a Prefeitura estava trabalhando, e chamaram de Circuito Cocó.

O Circuito Cocó abrange uma área ampla ao redor de parte do Cocó no intuito de melhorar o trânsito e desafogar aquele cruzamento. Ao mesmo tempo, a proposta privilegia o pedestre, o ciclista e o transporte público, como as propostas do concurso. O desenho urbano

acessível foi a tônica da proposta. Para divulgar a proposta foi criado um *site*: <http://www.circuitococo.com.br>.

A divulgação e discussão tanto do concurso quanto do Circuito também aconteceram na Plataforma do grupo Direitos Urbanos, conforme comentamos anteriormente. Esse grupo é formado a partir da iniciativa de diversas pessoas interessadas em discutir as questões urbanas de Fortaleza “em busca de uma cidade mais justa e democrática (Direitos Urbanos, 2013). O grupo surgiu em julho de 2013, na mesma época em que começaram as Jornadas de Junho no Brasil, e reúne diversos movimentos, grupos, coletivos e pessoas individuais. Atualmente o grupo ainda funciona na rede social *Facebook* e tem mais de 6.300 participantes.

Na página são discutidas questões atuais, são organizadas reuniões presenciais, são divulgados projetos interessantes em outros lugares, são denunciadas ações do Estado que vão de encontro com os ideais do grupo, são trocadas experiências entre os grupos etc.

O grupo funciona como ferramenta de articulação e mobilização social, e dialoga diretamente com outros grupos o que possibilita um maior alcance de suas ideias.

O “Direitos Urbanos” foi criado no intuito de tentar preencher uma lacuna, sentida por seus integrantes, de espaços de diálogo sobre as questões urbanas na cidade de Fortaleza. O Plano Diretor de 2009 previa a criação de Conselhos com temáticas urbana para abrir canais de discussão com a população. O mais importante deles deveria ser o Conselho Municipal de Desenvolvimento (CMDU), que segundo o texto daquela lei (Art. 290) seria:

[...] vinculado ao órgão ou entidade responsável pelo planejamento territorial e urbano, será composto de forma paritária entre representantes do Poder Público e a sociedade civil, de acordo com lei específica, que definirá suas competências. Parágrafo Único - O processo de elaboração do projeto de lei do CMDU deverá garantir a participação popular, com a realização de audiências e debates públicos. (Fortaleza, 2009)

Entretanto, o CMDU nunca foi criado e a atual gestão municipal está propondo um novo instrumento, o Conselho das Cidades, que não será deliberativo, somente consultivo, e se reunirá somente duas vezes por ano, a cada demanda do Executivo, segundo seu projeto de lei.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fortaleza avançou muito em relação à discussão da questão urbana de uma forma mais ampla, incluindo novos atores sociais e articulando diversos movimentos com agendas

comuns, desde Junho de 2013. Entretanto esses avanços não significaram um maior diálogo com o Estado.

O grupo Direitos Urbanos continua envolvido e participando de debates sobre as questões urbanas, como por exemplo acompanha atualmente as discussões acerca da destruição da Praça Portugal, que é uma rotatória, para construção de um cruzamento. Alguns dos membros do grupo fizeram propostas alternativas para solução do trânsito sem necessariamente destruir a Praça. Uma outra iniciativa do grupo tem sido a Multa Moral, que é quando o grupo sai nas ruas colocando bilhetes nos carros que estão parados em locais proibidos explicando o porque de estarem parados irregularmente.

Além disso, identificamos também outros movimentos, como o Massa Crítica, que tem ação direta na cidade, como por exemplo fazer a pintura de ciclofaixas em vias que eles acreditam precisarem da infraestrutura para os ciclistas que a utilizam.

Dessa forma, conseguimos perceber que atualmente temos muitas iniciativas de ação na cidade que promovem o debate e a reflexão sobre como construir cidades mais justas e inclusivas, mas precisamos, entretanto, fazer com que essas iniciativas tornem-se verdadeiros canais de diálogo entre a população e o Estado, de forma a permitir a construção coletiva das nossas cidades. De acordo com Ermínia Maricato: “Nunca fomos tão participativos”, entretanto, a nosso ver, essa participação ainda não tem se materializado a partir de um maior empoderamento da sociedade, dando condições de decisão e não apenas de “dar opinião”.

BIBLIOGRAFIA

DIREITO URBANOS. 2013. *Concurso de Alternativas ao Viaduto Antônio Sales / Engenheiro Santana Júnior*. Issu [Online]. Disponível em: http://issuu.com/cacauufc/docs/caderno____concurso_de_alternativa. Acessado em: 01 de dezembro de 2014.

FORTALEZA. 2009. *Plano Diretor Participativo*, Fortaleza, Prefeitura Municipal de Fortaleza.

MARICATO, E. 2013. *É a questão urbana estúpido!* In: *Cidades Rebeldes*. São Paulo, Boitempo Editorial.

SEINF. 2013. *Plano de Controle Ambiental – PCA – para Intersecção Viária no Cruzamento das Avenidas Engenheiro Santana Júnior com Antônio Sales*. Fortaleza. Prefeitura Municipal de Fortaleza.